

PERFIL DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA

PROFILE OF BRAZILIAN EDUCATION MINISTERS IN THE NEW REPUBLIC PERIOD

PERFIL DE LOS MINISTROS DE EDUCACIÓN EN BRASIL EN EL PERÍODO DE LA NUEVA REPÚBLICA

Marco Aurélio Kalinke

Professor Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

ORCID: orcid.org/0000-0002-5484-1724

E-mail: marcokalinke23@gmail.com

RESUMO

Para colaborar com a discussão sobre a preocupante situação da educação no Brasil, direcionou-se o olhar ao perfil dos ministros da Educação que estiveram à frente da pasta entre 1985 e 2022. O objetivo deste trabalho foi analisar a rotatividade e a aderência entre formação e atuação dos ministros nesse período. Para tanto, realizou-se uma análise apoiada no método histórico e concluiu-se que: dos 25 ocupantes do cargo, apenas oito tinham alguma relação com a vida acadêmica; quanto ao tempo, em 60% dele, o ministério foi ocupado por políticos; a formação era predominantemente nas áreas de direito e economia e os oriundos da área educacional foram apenas cinco; a duração média dos mandatos foi de 541 dias. Essas informações, por si só, provavelmente não justificam as mazelas educacionais brasileiras, mas, quando analisadas numa visão macro, podem contribuir para a compreensão de que a educação, salvo raros momentos da história política desse período, não foi assumida como prioridade.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Brasileira; Ministros da Educação.

ABSTRACT

To collaborate with the discussion on the worrying situation of education in Brazil, this study was directed to the profile of the ministers of education who were in charge the portfolio between 1985 and 2022. The objective was to analyze the turnover and adherence between their academic knowledge and performance of ministers during this period. A historical analysis was carried out and it was concluded that: only eight of the twenty-five occupants of the position had any relationship with academic life and that in more than 60% of the time the ministry was occupied by politicians; the predominant academic formation was on the areas of Law and Economics and those from the educational area were only five; the average duration of terms was 541 days. This information, by itself, probably does not justify Brazilian educational problems, but when analyzed in a macro view, it can contribute to the understanding that education, except for rare moments in the political history of this period, was not assumed as a priority.

Keywords: Educational Policy; Brazilian Education; Education Ministers.

RESUMEN

Para colaborar con la discusión sobre la preocupante situación de la educación en Brasil, se dirigió una mirada al perfil de los ministros de educación que estuvieron a cargo de la cartera entre 1985 y 2022. El objetivo de este trabajo fue analizar la rotación y la adherencia entre la formación y el desempeño de los ministros durante este período. Se realizó un análisis sustentado en el método histórico y se concluyó que: de los 25 ocupantes del cargo de ministro de educación, solo ocho tenían alguna relación con la vida académica; en cuanto al tiempo, en el 60% del mismo el ministerio estuvo ocupado por políticos; la formación eres predominante en las áreas de derecho y economía y los provenientes del área educativa fueron sólo cinco; la

duración media de los plazos fue de 541 días. Esta información, por sí sola, probablemente no justifica los males educativos brasileños, pero cuando se analiza en una visión macro, puede contribuir a la comprensión de que la educación, excepto en raros momentos de la historia política de este período, no fue asumida como una prioridad.

Palabras-clave: Política educativa; Educación Brasileña; Ministros de Educación.

Introdução

As políticas educacionais de um país são estabelecidas com planejamentos e estratégias de longo prazo, com projeções de impacto nas décadas e gerações futuras. Elas dificilmente apresentam resultados significativos no curto prazo e não podem ficar constantemente sujeitas a interferências que se apropriem de instâncias decisórias para implementar práticas cuja finalidade seja apenas garantir a permanência de determinados grupos políticos no poder ou atender a nichos ideológicos. Infelizmente, nas mais distintas correntes ideológicas, essa situação tem se repetido no Brasil.

Boa parte das políticas educacionais é definida e direcionada pelos ocupantes do cargo de ministro da Educação. São eles, ou as equipes de trabalho por eles designadas, que definem estratégias, ações e cronogramas de atividades que impactam as rotinas das escolas e universidades brasileiras. Esses ministros, contudo, nem sempre estão imersos no universo da educação e, em alguns casos, sequer conhecem as especificidades da área educacional.

Para contribuir com discussões sobre essa temática, o estudo aqui apresentado se propõe a realizar um levantamento sobre os ministros da Educação brasileiros que ocuparam o cargo durante a Nova República, compreendendo o período pós-ditadura até o término do mandato de Jair Bolsonaro, em 2022, visando a analisar a duração dos seus mandatos, suas formações acadêmicas e ligações com o setor, bem como as respectivas políticas educacionais por eles propostas e os eventuais legados deixados à educação brasileira.

A intenção é apresentar um panorama dos ocupantes do cargo de ministro da Educação, em busca de compreensões que possam contribuir para os debates sobre a situação do setor no país, sem defender posições ideológicas ou político-partidárias. Entre

outros aspectos, busca-se verificar se há aderência entre suas formações, atuação profissional e envolvimento anterior com a área educacional, bem como o impacto da duração dos respectivos mandatos, com avanços e retrocessos ocorridos na educação brasileira no período considerado.

Metodologia

Como percurso e procedimentos metodológicos, optou-se por utilizar o método histórico, tal como proposto por Rüssen (2007), o qual é constituído, nas suas operações processuais, das etapas de heurística, crítica e interpretação. A heurística é “a operação metódica da pesquisa que relaciona questões históricas” (Rüssen, 2007, p. 118). É nessa etapa que são feitas as perguntas ao passado, em busca de orientações para o momento histórico presente.

Para fins de encaminhamento metodológico, apresenta-se como problemática de discussão a seguinte questão: qual é o perfil dos ministros da Educação brasileiros no período da Nova República? Com isso, objetiva-se analisar o tempo de permanência no cargo, as condições políticas quando estiveram à frente do ministério, sua aderência à área educacional e, quando possível, suas contribuições para a educação brasileira no período compreendido entre 1985 e 2022.

Na etapa da crítica, são realizadas as operações metódicas que buscam informações acerca do que se pretende compreender. O conteúdo dessas informações são fatos ou dados relativos ao que aconteceu em determinado lugar, num período específico (Rüssen, 2007). Elas foram buscadas em livros, sites pessoais, governamentais, de jornais e similares.

Finalmente, na etapa da interpretação, são analisadas as informações levantadas na crítica, tendo a heurística como pano de fundo. A compreensão de interpretação, como operação de pesquisa, assume que “o que interessa é sintetizar as perspectivas, elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir de conjecturas acerca de seu sentido, com os fatos do passado obtidos pela crítica das fontes” (Rüssen, 2007, p. 127).

Com base nas etapas do método histórico, e estabelecida a etapa da heurística, avançaremos para a etapa da crítica.

Os ministros da Educação da NOVA República

O período histórico conhecido no Brasil como Nova República se iniciou com o fim do período ditatorial cívico-militar, marcado pela eleição de um presidente civil, e dura até os dias atuais (Fagundes, 2019). Seus principais marcos, além da retomada do poder pelos civis, foram a recuperação democrática, com a volta de eleições diretas, e a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Nesse período de pouco menos de quatro décadas, que se iniciou em 1985, com a eleição de Tancredo Neves (falecido antes de assumir), substituído pelo seu vice-presidente, José Sarney, até o ano de 2022, o Brasil teve oito presidentes e 24 ministros da Educação. O Quadro 1 apresenta a relação desses ministros, com a duração dos seus respectivos mandatos e os presidentes da República responsáveis pelas suas nomeações.

Quadro 1 – Ministros da Educação do Brasil entre 1985 e 2022

Ministro	Início mandato	Fim mandato	Duração (dias)	Presidente
Marco Maciel	15/03/1985	14/02/1986	336	José Sarney
Jorge Bornhausen	14/02/1986	05/10/1987	598	
Aloísio Guimarães Sotero	06/10/1987	30/10/1987	24	
Hugo Napoleão do R. Neto	03/11/1987	16/01/1989	440	
Carlos C. de M. Sant'anna	16/01/1989	14/03/1990	422	
Carlos Chiarelli	15/03/1990	21/08/1991	524	Fernando Collor
José Goldemberg	22/08/1991	04/08/1992	348	
Eraldo Tinoco	04/08/1992	01/10/1992	58	
Murílio de Avellar Hingel	01/10/1992	01/01/1995	822	Itamar Franco
Paulo Renato Souza	01/01/1995	01/01/2003	2922	Fernando H. Cardoso (FHC)
Cristovam Buarque	01/01/2003	27/01/2004	391	Luiz Inácio Lula da Silva
Tarso Genro	27/01/2004	29/07/2005	594	

Fernando Haddad	29/07/2005	01/01/2011	1982	Dilma Rousseff
	01/01/2011	23/01/2012	387	
Aloizio Mercadante	24/01/2012	02/02/2014	740	
José H. Paim Fernandes	03/02/2014	01/01/2015	332	
Cid Gomes	01/01/2015	18/03/2015	76	
Luiz Cláudio Costa	18/03/2015	06/04/2015	19	
Renato Janine Ribeiro	06/04/2015	01/10/2015	178	
Aloizio Mercadante	02/10/2015	12/05/2016	223	
José Mendonça Filho	12/05/2016	06/04/2018	694	Michel Temer
Rossieli Soares	06/04/2018	31/12/2018	269	
Ricardo Vélez Rodríguez	01/01/2019	08/04/2019	97	Jair Bolsonaro
Abraham Weintraub	09/04/2019	19/06/2020	437	
Milton Ribeiro	16/07/2020	28/03/2022	620	
Victor Godoy Veiga	29/03/2022	31/12/2022	277	

Fonte: O autor (2023).

Para além dos números e dados quantitativos, um olhar qualitativo sobre a origem dos ocupantes do ministério pode ser esclarecedor. Para subsidiar essa análise, será realizada uma breve apresentação de cada um deles, em ordem cronológica, dando atenção especial aos três ministros com mandatos mais duradouros, a saber, Murilo de Avellar Hingel, Paulo Renato Souza e Fernando Haddad.

- Marco Maciel: político pernambucano formado em Direito, foi deputado estadual e federal, tendo sido eleito presidente da Câmara dos Deputados. Também foi senador por dois mandatos, governador de Pernambuco, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e vice-presidente da República nos dois mandatos de FHC (Frazão, 2021). Político profissional, tinha como única experiência na educação o fato de ter atuado como professor de Direito na Universidade Católica de Pernambuco.

- Jorge Bornhausen: político catarinense, foi senador por dois mandatos, vice-governador e governador de Santa Catarina. Advogado, não tinha qualquer experiência educacional (Santa Catarina, 2020).

- Aloísio Guimarães Sotero: ministro interino por 24 dias, era engenheiro e burocrata pernambucano que ocupou outros cargos no ministério da Educação antes de assumir a pasta até que um novo nome fosse indicado.

- Hugo Napoleão do Rego Neto: advogado e político piauiense, foi duas vezes senador, três vezes deputado federal e, por dois mandatos, governador do Piauí. Também ocupou os ministérios da Cultura e das Comunicações (Gois, 2018). Político profissional, não tinha experiência na área da educação.

- Carlos Corrêa de Menezes Sant'anna: médico e político baiano, foi deputado estadual por um mandato e deputado federal por quatro mandatos consecutivos. Antes do Ministério da Educação, ocupou a pasta da Saúde. Sua experiência em educação relacionava-se a ter sido professor na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e secretário de Educação e Cultura do governo baiano.

- Carlos Chiarelli: político gaúcho, foi deputado e senador pelo Rio Grande do Sul. Doutor em Direito, foi professor universitário e exerceu vários cargos técnicos e administrativos em instituições de ensino, no município de Pelotas e no governo do Rio Grande do Sul.

- José Goldemberg: físico e professor gaúcho, foi um acadêmico destacado e atuante, tanto na área educacional quanto política, mesmo não tendo exercido mandatos eletivos. Doutor em Física e membro da Academia Brasileira de Ciências, foi reitor da Universidade de São Paulo, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, ministro da Saúde e do Meio Ambiente, secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil e secretário da Educação de São Paulo, entre outros cargos. Tem muitos textos publicados em forma de artigos acadêmicos, livros e capítulos de livros, sendo um destacado pesquisador brasileiro (Monteiro; Cardoso, 2015). Foi conduzido ao ministério pelo presidente Fernando Collor, quando este tentou montar um quadro de notáveis nas suas respectivas pastas. Acabou ficando pouco menos de um ano frente ao ministério, num momento de grave crise política no país.

- Eraldo Tinoco: administrador e político baiano, foi deputado e vice-governador da Bahia e ocupou os cargos de secretário da Educação e da Infraestrutura. Sem relação com a área educacional, assumiu a pasta num momento político conturbado, que acabou por culminar com o afastamento de Collor da Presidência.

- Murílio de Avellar Hingel: graduado e mestre em Geografia e História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, foi professor e diretor de várias instituições de ensino, tanto superior quanto de educação básica. Carioca de nascimento, radicou-se em Minas Gerais, onde se tornou amigo de Itamar Franco, que assumiu a Presidência após o afastamento de Fernando Collor de Melo. Sua gestão teve dificuldades maiores, enfrentadas como um todo pelo governo Itamar Franco, principalmente em função do processo de afastamento do seu antecessor. Em um momento político contaminado por acusações de corrupção contra ocupantes de cargos no governo federal, o país vivia muitas dificuldades econômicas, com hiperinflação e descontrole em diversas frentes. Itamar Franco buscou fazer um governo de transição e preparo do país para as próximas eleições, que foram vencidas pelo seu então ministro da Economia, FHC, e optou por nomear pessoas de sua confiança para os ministérios. Essa opção foi denominada à época “República do Pão de Queijo”, em alusão à grande quantidade de ministros oriundos do estado de Minas Gerais (Franco, 2019). Mesmo com essas dificuldades, Murilo Hingel convocou os segmentos educacionais para estabelecer o Plano Nacional de Educação, que acabou por implementar o Plano Decenal de Educação 1993-2003, um marco para a educação brasileira (Gois, 2018).

- Paulo Renato Souza: professor, gaúcho de nascimento e radicado em São Paulo, era mestre e doutor em Ciências Econômicas. Ocupou diversos cargos públicos e executivos no Brasil e no exterior, tendo sido gerente de Operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, secretário da Educação de São Paulo, reitor da Universidade Estadual de Campinas e deputado federal por um mandato. Oriundo do meio acadêmico, foi um dos mais influentes ministros da Educação de todos os tempos. Contando com a estabilidade conseguida pelo Plano Real e a reorganização política e econômica do país, conseguiu desenvolver planejamentos de longo prazo e propor diversas modificações na estrutura educacional brasileira (Kuchinir *et al.*, 2015).

- Paulo Renato Souza: foi o mais longo ministro da Educação no período pós-ditadura, sendo superado em toda a história brasileira apenas por Gustavo Capanema, que ocupou o ministério entre 1934 e 1945. FHC era oriundo do meio acadêmico, com pretensões de ser um estadista e, tendo como pano de fundo um governo que se apresentava como social-democrata, buscou, com Paulo Renato, reorganizar o sistema

educacional brasileiro, ampliando o número de vagas, tanto no ensino básico quanto no superior, principalmente em instituições de ensino privadas, e realizando avaliações globais dos sistemas educacionais (Kuchinir *et al.*, 2015). Entre os principais destaques dessa fase, é possível relacionar:

1. a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
2. a publicação do Plano Nacional de Educação 2001-2010;
3. a criação do Exame Nacional de Cursos Superiores, chamado Provão, que deu origem ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade);
4. a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996;
5. a abertura de diversas instituições de ensino superior, principalmente no setor privado, com a flexibilização da legislação e apoio de instituições de fomento.

No seu mandato, houve uma preocupação em criar sistemas de avaliação dos diversos níveis de ensino. Até então, não havia um sistema nacional claro e sequencial para avaliar resultados dos processos educacionais. Vem dessa fase a aproximação do país com avaliações internacionais e métricas de avaliação globais. As novas metodologias de avaliação dos sistemas de ensino previam, também, acompanhar e verificar as condições de ensino das instituições de ensino superior, a fim de garantir a qualidade do ensino ofertado, uma vez que a abertura de cursos e instituições, principalmente pela iniciativa privada, foi amplamente incentivada.

No segundo mandato de FHC, o governo sofreu desgastes por denúncias de corrupção e negociações e, no meio educacional, as universidades federais entraram em greve, originando o maior movimento grevista do setor até então e o segundo mais duradouro da história brasileira. A greve durou 108 dias e 51 instituições federais de ensino superior participaram, com o apoio de docentes, servidores e estudantes. Entre as principais reivindicações, estavam: reajuste de 75,48%, direitos de aposentadoria e defesa da previdência pública (Andes, 2021).

O período final do governo de FHC ficou marcado por acusações de corrupção e falta de recursos para a educação. As políticas de acesso ao ensino superior e de avaliações globais implementadas, contudo, se mantiveram e foram, nos governos posteriores, modificadas e aperfeiçoadas, corrigindo distorções e equívocos (Kuchinir *et al.*, 2015).

- Cristovam Buarque: professor e político nascido em Pernambuco e radicado no Distrito Federal, era graduado em Engenharia Mecânica e Economia, com doutorado em Ciências Econômicas. Foi reitor da Universidade de Brasília, senador e governador do Distrito Federal. Autor de mais de 30 livros e diversos trabalhos acadêmicos, assumiu o ministério cercado de grande expectativa, por se tratar de um dos mais atuantes políticos em defesa da educação no Brasil. Essa expectativa foi ainda maior devido ao bom momento político e econômico pelo qual passava o país. O governo Lula conseguiu retomar a estabilização da economia e deu prosseguimento ao desenvolvimento do país, prometendo grandes incentivos para a educação, especialmente para as universidades públicas (Gois, 2018). A gestão de Cristovam Buarque, porém, foi conturbada, entre outros motivos, em função de sua atuação política. Após ter sido eleito senador nas eleições de 2002, era visto pelo meio político como um dos possíveis candidatos à Presidência nas eleições seguintes, o que conflitava com outros atores políticos que também tinham aspirações maiores. Sua candidatura à Presidência da República se confirmou na eleição seguinte, de 2006, quando obteve 2,64% dos votos válidos¹. Com as relações políticas falando mais alto, acabou permanecendo apenas um ano frente ao ministério.

- Tarso Genro: político gaúcho, foi governador do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro das Relações Institucionais e da Justiça. Após nove anos de administração de gestores oriundos do meio acadêmico, o ministério voltou a ser ocupado por um político. Advogado e autor de diversos livros nas áreas de direito e política, assumiu como homem forte do governo Lula para implementar um processo de expansão das universidades públicas do país. Na sua gestão, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, que recebem, em contrapartida, isenção de tributos. Tarso Genro também foi responsável pelo envio ao Congresso dos projetos de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Piso Nacional dos Professores; durante sua gestão, foram criadas diversas universidades federais. Com a explosão dos casos de corrupção conhecidos como

¹ Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?po_ano=2006.

“mensalão”, que envolveram vários políticos, foi chamado pelo presidente Lula para assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores, pela sua habilidade política e de articulação, encerrando uma gestão de pouco mais de um ano e meio frente ao Ministério da Educação.

- Fernando Haddad: professor paulista e advogado, com mestrado em Ciências Econômicas e doutorado em Filosofia, também se destacou pela atuação política. Foi prefeito de São Paulo e subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo. No primeiro governo Lula, novas políticas foram postas em prática. Em oposição à origem acadêmica de FHC, Lula vinha do meio operário, em que atuou como líder sindical. Ainda que tivesse apoio no meio acadêmico, no qual as propostas do seu governo eram bem aceitas, ele considerava ser necessário manter o apoio da academia e decidiu indicar para ministro da Educação um acadêmico respeitado e com bom trânsito no meio universitário. Após as gestões de Cristovam Buarque e Tarso Genro, o escolhido para definir os rumos da educação no país foi Fernando Haddad. O ministério voltou, assim, a ser liderado por um acadêmico, professor da Universidade de São Paulo.

Aproveitando o ótimo momento político e econômico do país e a decisão do governo federal de incentivar o acesso ao ensino superior público, diversas medidas foram tomadas. Entre elas, estão o prosseguimento da abertura de universidades federais e de novos *campi* universitários. Fernando Haddad dedicou-se a ampliar o acesso às universidades federais, tanto pelo aumento do número de vagas quanto pela criação de universidades públicas. Durante o período em que comandou a pasta, o número de vagas no ensino superior público federal passou de aproximadamente 140 mil, em 2007, para 218 mil, em 2010, o que representa um aumento de 56% (Silva; Spritzer, 2014). Além desses números, entre os principais destaques desse período, podem ser citados:

1. a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para avaliar a qualidade do Ensino Fundamental e Médio;
2. a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundeb;
3. o aumento do investimento público em educação (de 3,9% para 5,1% do produto interno bruto);
4. a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos;

5. a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que tornou o Enem uma possibilidade de entrada nas instituições públicas de ensino superior.

O mandato de Fernando Haddad, somado aos oito anos do mandato de Paulo Renato Souza, pode ser destacado como o mais significativo da história recente da educação brasileira. Foram períodos longevos, durante os quais o Ministério da Educação esteve sob a responsabilidade de profissionais ligados ao meio acadêmico/educacional, com gestões contínuas, que puderam propor políticas de longo prazo e visões de futuro, além de implementar mudanças significativas.

- Aloizio Mercadante: economista e professor paulista, com mestrado e doutorado em Ciências Econômicas, foi deputado federal por dois mandatos e senador por São Paulo. Também foi ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação e ministro-chefe da Casa Civil. No período considerado, foi o único a assumir a pasta em duas oportunidades. Tido como um dos mais fiéis escudeiros da presidente Dilma Rousseff, permaneceu ao seu lado até o afastamento dela da Presidência. Durante sua primeira gestão, aconteceu a greve de maior duração nas universidades federais brasileiras, que durou 139 dias, superando o movimento grevista ocorrido durante a gestão de Paulo Renato Souza. Naquela oportunidade, Aloizio Mercadante era um dos líderes do movimento grevista e, passados pouco mais de dez anos, estava no lado oposto da mesa de negociação. Entre os principais pontos da pauta grevista, estavam a contrariedade em relação aos cortes no orçamento e à contratação de professores via organização social e terceirização, a busca por ampliação de investimento nas instituições federais de ensino superior, a conclusão de obras inacabadas e a abertura de concurso público (Andes, 2021). Na segunda gestão, com o governo Dilma em processo de enfraquecimento, a atuação de Mercadante foi cada vez mais política, inclusive pela sua proximidade com a presidente (Correia; Carneiro, 2017).

- José Henrique Paim Fernandes: professor gaúcho formado em Ciências Econômicas, possui o título de Notório Saber em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas não concluiu mestrado, tampouco doutorado. Atuou em diversas áreas administrativas do Ministério da Educação, tendo sido presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, subsecretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e secretário estadual de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul. Na sua gestão, foi publicada a lei que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

- Cid Gomes: engenheiro e político cearense, foi deputado estadual, prefeito de Sobral, governador do Ceará por dois mandatos e senador da República. Membro de uma tradicional família de políticos, foi indicado por Dilma Rousseff para a pasta no início do seu segundo mandato. Poucos dias após assumir, envolveu-se numa polêmica na Câmara dos Deputados ao afirmar que nela havia entre 300 e 400 achacadores (Pinheiro, 2015). Chamado a prestar esclarecimentos, entrou numa discussão com o presidente da Casa e retirou-se da sessão. Na sequência, sem condições políticas de permanecer no ministério, pediu exoneração do cargo.

- Luiz Cláudio Costa: foi ministro interino por 19 dias. Graduado em Matemática, professor e pesquisador na área de engenharia agrícola e mudanças climáticas, foi reitor da Universidade Federal de Viçosa e assumiu diversos cargos administrativos e burocráticos no Ministério da Educação.

- Renato Janine Ribeiro: filósofo paulista, professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo, tem mestrado e doutorado em Filosofia e foi diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de ter ocupado outros cargos técnicos. Pelo seu trânsito com pensadores e seu conhecimento teórico dos problemas educacionais brasileiros, assumiu o ministério cercado de expectativas positivas pelos seus pares da academia. Com pouco mais de cinco meses frente ao cargo, contudo, foi exonerado e substituído por Aloizio Mercadante, guindado novamente ao posto de ministro para auxiliar na tentativa de articular politicamente contra o processo de afastamento que assolava o governo de Dilma Rousseff.

- José Mendonça Filho: político pernambucano, foi deputado estadual, deputado federal por dois mandatos, secretário de Estado da Agricultura, vice-governador e governador de Pernambuco. Administrador e sem qualquer ligação com o meio educacional, assumiu o Ministério da Educação na gestão de Michel Temer, empossado após o afastamento de Dilma Rousseff. O governo Temer tentou, inicialmente, se caracterizar por ser reformista e realizar reformas estruturais no país, incluindo a do Ensino Médio, que vinha sendo gestada há alguns anos e acabou promulgada durante a gestão de Mendonça Filho. Nesse período, houve também a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em 2017. Ressalta-se que

tanto a reforma do Ensino Médio quanto a BNCC, por serem recentes, ainda têm seus impactos na educação brasileira em fase, ou em necessidade, de avaliação.

- Rossieli Soares: advogado e burocrata gaúcho, antes de ser ministro, atuou como secretário de Educação Básica do ministério, conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, secretário de Estado de Educação do governo do Amazonas e presidente do Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Após sua saída da pasta, assumiu o cargo de secretário da Educação do estado de São Paulo.

- Ricardo Vélez Rodríguez: primeiro nome indicado para ministro da Educação pelo presidente Jair Bolsonaro, é colombiano naturalizado brasileiro. Graduado em Filosofia e Teologia e doutor em Filosofia, foi pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Medellín, na Colômbia. Ao ser nomeado, residia na cidade de Londrina-PR, onde trabalhava em universidades particulares. Durante sua curta passagem pelo ministério, envolveu-se em várias polêmicas, que acabaram por inviabilizar sua permanência no cargo.

- Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub: paulista, graduado em Ciências Econômicas, com mestrado em Administração e professor na Universidade Federal de São Paulo, assumiu o ministério com a finalidade de aprofundar a linha ideológica defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. Durante seu mandato, envolveu-se em diversas polêmicas, inclusive em áreas não correlatas à educação, tendo gerado uma crise diplomática com o governo chinês, por exemplo, sobre a origem do coronavírus (Covid-19) e com o Supremo Tribunal Federal. Sua gestão ficou marcada mais por desavenças do que por contribuições para a área educacional.

- Milton Ribeiro: paulista de São Vicente, graduado em Teologia e Direito, com mestrado em Direito e doutorado em Educação, atuou como superintendente dos programas de pós-graduação *lato sensu*, foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Sua gestão terminou quando houve diversas acusações de intermediações e favorecimentos a grupos religiosos no ministério. Em junho de 2022, chegou a ser preso pela Polícia Federal, acusado de desvios no ministério, sendo libertado poucas horas depois.

- Victor Godoy Veiga: servidor público, fez carreira na Controladoria Geral da União até ser guindado aos postos de secretário executivo do Ministério da Educação e, posteriormente, ministro da pasta. Formado em Engenharia de Redes, atuou no ministério

nos estertores do governo Bolsonaro, não deixando legado ou contribuições para a educação brasileira.

No geral, na gestão Bolsonaro, os ministros da Educação não primaram pela preocupação com aspectos inerentes apenas à educação brasileira, particularmente num momento de pandemia, que influenciou fortemente as escolas no país. Entre os indicativos de como a educação foi gerenciada, pode-se citar o fato de o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ter sido trocado em seis oportunidades, aliado a ter sido nesse governo o único momento em que o ministério ficou acéfalo por 27 dias, período no qual vários candidatos ao cargo foram acusados de irregularidades em seus currículos e atuação acadêmica. Os seguidos cortes de verbas para a educação, ciência e tecnologia também caracterizaram o governo, no qual se tentou implementar na educação brasileira pautas de costumes e comportamentos tidos como conservadores. Temas como educação sexual, movimentos sociais e religiões de matriz africana, entre diversos outros, eram vistos, pelo governo, como inadequados para serem abordados nas escolas. Moraes, Santos e Paiva (2021) apontam ainda, como resultados da gestão Bolsonaro e seus ministros da Educação, o sucateamento das universidades e institutos federais, por meio da redução do orçamento e de cortes de investimentos, a reelaboração das orientações dos sistemas de ensino da educação básica e a detratção dos profissionais da educação, entre diversos outros aspectos.

Ao finalizar a apresentação de cada ministro, salta aos olhos o fato de que, no período considerado, a pasta tenha sido assumida exclusivamente por homens. É importante destacar que, se no período pós-ditadura não houve mulheres no cargo de ministro da Educação, ao longo de toda a história brasileira, uma única mulher ocupou essa função (Mesquita; Almeida; Noletto, 2021). Trata-se de Esther de Figueiredo Ferraz, que, além de ser a única mulher entre os ministros da Educação, foi a primeira a ocupar o cargo de ministro no Brasil. Ela ficou à frente do ministério no governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, entre agosto de 1982 e março de 1985 (Junqueira; Cardoso, 2015). Seu mandato não foi considerado neste texto por ter acontecido ainda nos governos militares, anteriores ao recorte temporal aqui delimitado.

Algumas interpretações

Seguindo o método histórico adotado, será realizada a etapa de interpretação, com a análise das informações levantadas, buscando entendê-las, aprofundar discussões e levantar possibilidades compreensivas.

No período considerado, a duração média dos mandatos foi de 531 dias, ou seja, menos de um ano e meio. Eliminados os quatro pontos estatisticamente fora da curva, a saber, os dois ministros com mandato de maior duração e os dois de menor duração (definidos, inclusive, como interinos), chega-se a uma duração média de aproximadamente um ano e um mês. O Gráfico 1 mostra a duração, em dias, do mandato de cada um dos ocupantes do cargo, no período delimitado.

Gráfico 1 – Duração dos mandatos, por ministro, em dias



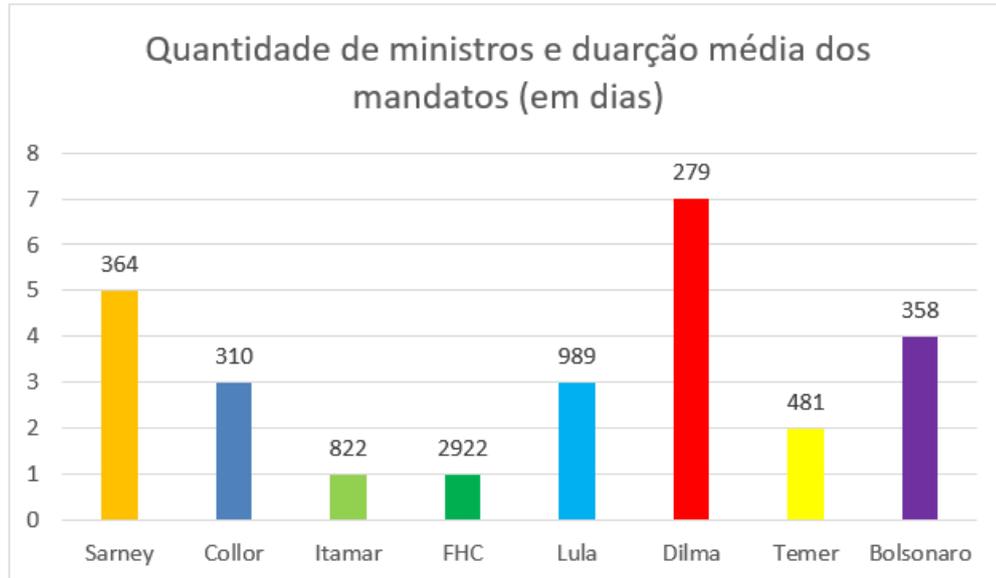
Fonte: O autor (2023).

Percebe-se que apenas quatro mandatos duraram mais de 730 dias, ou seja, dois anos. É quase uma obviedade a inviabilidade de delimitar uma política educacional, implementá-la e organizá-la em períodos menores que esse.

O Gráfico 2, por sua vez, apresenta a quantidade de ministros nomeados por cada presidente e a duração média dos seus mandatos, em dias. É possível perceber que os governos com mais ministros foram: Dilma Rousseff (sete), José Sarney (cinco) e Jair Bolsonaro (quatro). Em relação à duração dos mandatos, os governos com menor tempo para cada ministro foram: Dilma Rousseff (279 dias), Fernando Collor (310 dias) e Jair Bolsonaro (358 dias). Já os que indicaram menos ministros foram: FHC (um), seguido por Itamar Franco (um) e Michel Temer (dois). Em relação à duração dos mandatos, os mais

duradouros aconteceram nos governos FHC (2.922 dias), Lula (989 dias) e Itamar Franco (822 dias).

Gráfico 2 – Quantidade de ministros e duração média dos mandatos, em dias



Fonte: O autor (2023).

Como visto, apenas em dois casos, nos governos Itamar Franco e FHC, houve a nomeação de um único ministro da Educação. No extremo oposto, durante o governo Dilma Rousseff, que durou pouco menos de seis anos e meio, houve a nomeação de sete ocupantes desse posto. Ainda, em três governos, percebe-se uma preocupação com a continuidade dos gestores da pasta: Itamar Franco, com o ministro Murilo Hingel; FHC, com o ministro Paulo Renato; e Lula, com o ministro Fernando Haddad. Merece destaque, também, o fato de em apenas duas oportunidades um governo novo ter mantido o ministro da Educação anterior – FHC, ao ser reeleito, reconduziu Paulo Renato e Dilma Rousseff manteve o ministro do governo Lula, Fernando Haddad.

Dilma foi a presidente brasileira que mais trocou os dirigentes da pasta. Em seu governo, a duração dos mandatos durou, em média, 279 dias, perfazendo sete ministros em pouco mais de seis anos. O processo de afastamento do cargo ao qual ela foi submetida certamente contribuiu para essa situação; entretanto, não serve para justificá-la, pois ele teve início em 2 de dezembro de 2015 e, antes disso, a presidente já havia trocado por seis vezes o responsável pela pasta da Educação.

Em relação à aderência com a área educacional, constata-se que, dos 24 ocupantes da cadeira, apenas oito, o que corresponde a 33%, tinham origem na vida acadêmica ou

ligações diretas com o setor educacional. Os outros 16 (67%) eram de origem política ou burocrática e tinham sua atuação voltada à política partidária. Em mais de 60% do tempo, no período compreendido entre 1985 e 2022, o cargo de ministro da Educação foi ocupado por políticos. Entre as formações de origem dos ministros, predominaram os bacharéis em Direito, economistas e engenheiros, havendo, ainda, médicos, administradores e teólogos, por exemplo. Apenas cinco dos indicados tinham formação de origem ligada ao magistério, sendo um matemático, um físico, um geógrafo e historiador e dois filósofos, como ilustra o Gráfico 3, no qual o quantitativo supera o número de ministros, por haver alguns com mais de uma graduação.

Gráfico 3 – Formação dos ministros da Educação, por área

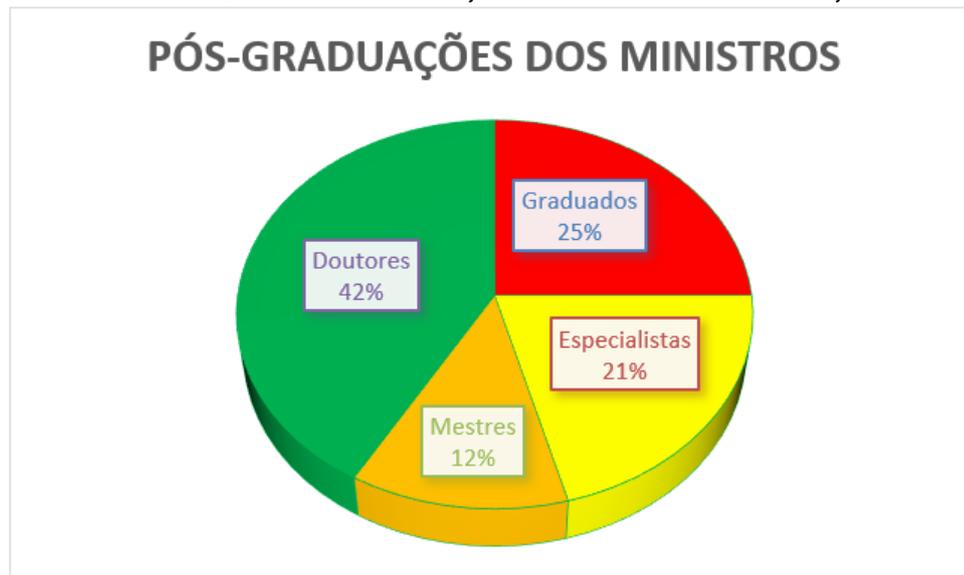


Fonte: O autor (2023).

Ainda que o fato de não ser oriundo da área não se constitua num impeditivo para uma boa gestão – e há exemplos disso em diversas áreas da vida pública –, certamente um profissional de origem e ligação com aspectos relacionados à área que irá gerir tem, *a priori*, melhores condições para fazê-lo (Mesquita; Almeida; Noleto, 2021).

Outro aspecto revelado a partir dos dados levantados trata-se do nível de formação dos ministros. Os dados indicam que, dos 24 ocupantes do cargo, seis eram graduados, cinco, especialistas, três, mestres e dez, doutores, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nível de formação dos ministros da Educação



Fonte: O autor (2023).

Nesses dados, chama atenção o fato de, ainda que haja dez deles com doutorado, apenas um possuir o título de doutor em Educação. Os demais possuíam doutorado em Ciências Econômicas (três), Filosofia (três), Direito (um), Física (um) e Engenharia (um).

Finalmente, em relação à naturalidade dos ministros que ocuparam o cargo no período considerado, seis eram de origem gaúcha, cinco, paulistas e quatro, pernambucanos. Os demais eram de estados variados e um deles, colombiano de nascimento. Consideradas as cinco regiões brasileiras, as naturalidades se distribuem como apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição da naturalidade dos ministros, por região



Fonte: O autor (2023).

Ainda que muitos tenham se radicado em outros estados, ao considerar o local de nascimento, há uma evidente concentração nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

CONSIDERAÇÕES

Os dados apresentados, ainda que não expliquem – nem foi esse o objetivo do trabalho aqui apresentado –, trazem luz ao fato de os políticos brasileiros não terem histórico de assumir a educação como prioridade, tampouco como uma política de Estado. Ela é tratada como política de governo, com cada governante indicando novos rumos, criando estratégias e apontando caminhos e práticas que em geral não se mantêm com seus sucessores.

Entre os principais motivos para os problemas educacionais brasileiros, está a histórica falta de interesse dos governos em desenvolver projetos e políticas duradouros. Países que avançaram em seus indicadores sociais, econômicos e educacionais investiram na educação como uma política e prioridade de Estado. No entanto, quando se praticam apenas políticas de governo, que podem ser modificadas a cada quatro anos (quando não em menos tempo), dificilmente se conseguem resultados diferenciados.

Mudanças em educação levam décadas para surtir resultados perceptíveis e duradouros, sendo essencial que ela seja entendida como uma prioridade do Estado e do povo brasileiro, e não como um balcão de negócios ou negociatas políticas. Mudar ministros da Educação a cada 13 meses certamente não contribui para a adoção de políticas públicas de longo prazo, especialmente quando os indicados não têm qualquer relação com a pasta, com as particularidades da educação e com a complexidade educacional brasileira. Esses aspectos contribuíram decisivamente, ao longo dos últimos anos, para a atual situação de penúria do sistema educacional brasileiro e para os resultados insatisfatórios apresentados nas avaliações realizadas, nacionais e internacionais. De fato, a participação constante do país em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), tem mostrado que os indicadores brasileiros estão distantes dos conseguidos por outros países, mesmo se considerados aqueles com mais proximidades geográficas ou financeiras. Nesse e em outros testes avaliativos internacionais, o Brasil se situa entre os países com piores resultados.

É importante destacar que algumas ações foram positivas e permitiram caminhar, se não em busca de resultados melhores, ao menos impedindo que eles fossem ainda piores. É o caso dos sistemas de avaliação implementados e constantemente aperfeiçoados no país. Atualmente, tem-se uma política nacional de avaliação e exames da educação básica, regulamentados por decreto presidencial e orientados pelo disposto na BNCC. Essa política é integrada pelo SAEB, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e o Enem, realizados pelo Inep.

Ainda que essas avaliações possam ser (e sejam) questionadas em diversos aspectos, elas podem contribuir para que os gestores definam políticas consistentes e tenham uma visão macro dos resultados do país, servindo de balizadoras para investimentos e correções de rumo. Para tanto, contudo, parece ser fundamental que esses processos sejam conduzidos por educadores efetivamente envolvidos com a educação brasileira, liderados por ministros atentos às particularidades do meio educacional e que se mostrem mais preocupados com o futuro do sistema educacional do que com as próximas eleições.

O processo de abertura de instituições de ensino superior merece uma atenção especial. No fim dos anos 1990, o Brasil apresentava uma grande demanda reprimida por acesso ao ensino superior e ainda hoje os números brasileiros nesse quesito ficam aquém de outros países sul-americanos. A quantidade de jovens matriculados no ensino superior no Brasil é, percentualmente, menor que aquela existente na Argentina, Uruguai e Chile, por exemplo. Nos anos 1990, enquanto esses países possuíam algo próximo de 20% dessa população nas universidades, no Brasil esse percentual era inferior a 13% (Brasil, 2007).

Para atender a essa demanda, com a falta de recursos próprios, optou-se por incentivar e ampliar a oferta nas instituições privadas. Faculdades e universidades foram criadas e a quantidade de vagas abertas deu um salto significativo. Muitas delas, entretanto, foram ofertadas por pequenas faculdades para atingir públicos em nichos de mercado específicos e uma grande quantidade destinou-se ao período noturno, para atender aos trabalhadores que buscavam no ensino superior novos conhecimentos e vislumbravam possibilidades de crescimento profissional e avanço nas suas carreiras. Passado esse período e atendido esse público, muitas dessas instituições começaram a sofrer com uma queda acentuada no número de matrículas e não poucas acabaram por encerrar suas atividades, enquanto outras tantas se fundiram ou foram vendidas para grupos maiores, em vários casos, multinacionais.

No caso da abertura de vagas nas universidades públicas, houve uma preocupação maior com o ingresso do que com a permanência de novos alunos no sistema. Políticas paliativas foram implementadas, como a concessão de bolsas de permanência ou auxílio financeiro, mas o país ainda carece de uma política de Estado que se ocupe desses casos. Desenvolver políticas e programas educacionais consistentes, que produzam os impactos desejados, exige planejamentos de longo prazo e sólidas políticas de Estado. Isso significa, essencialmente, que as metas, os rumos e os macroprojetos educacionais tenham continuidade e sequência, independentemente do governante eleito.

É possível indicar como exemplos de políticas de Estado a erradicação do analfabetismo, o investimento nacional em pesquisa e ciência e a universalização do acesso à escola. Por outro lado, são exemplos de políticas de governo a abertura de universidades, a contratação de profissionais da área de educação e a oferta de bolsas de estudo. Quando as políticas são de Estado, elas se impõem frente às de governo (Azevedo, 2003). Enquanto as primeiras são amplas e duradouras, as demais podem (e devem) ser direcionadas para as pautas que levaram determinado governo a ser eleito. Espera-se, contudo, que ambas não sejam conflitantes nem disruptivas e que busquem gerar políticas públicas pelas quais “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (Souza, 2003, p. 13).

No Brasil, a LDB regulamenta o sistema educacional (Brasil, 1996). Mesmo sendo um país com mais de 500 anos de história, ela representa apenas o segundo momento em que a educação teve uma LDB, com a primeira datando de 1961 (Brasil, 1961). De forma complementar, os Planos Nacionais de Educação, normalmente decenais, indicam quais devem ser as políticas de Estado para o período. Atualmente, está em vigência o Plano 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nesse período e definiu dez diretrizes para a educação brasileira, com 20 metas a ser atingidas (Brasil, 2015).

Não obstante a existência desses instrumentos legais, ao analisar as diretrizes e metas previstas e postas em prática até 2022, percebe-se que elas não estão sendo alcançadas e que não serão atingidas até o fim da sua vigência. Um exemplo de meta nessa situação trata da evolução do Ideb do Ensino Médio nas escolas públicas, que tem ficado abaixo do estabelecido desde 2013. Em 2019, por exemplo, a meta era de 4,7 e o resultado indicou 3,9². Essa situação não é um caso isolado ou fortuito, mas a regra que tem regido a educação brasileira ao longo da sua história e que, nos últimos anos, sofreu com a problemática adicional da pandemia de Covid-19, que trará impactos ainda desconhecidos, mas nada animadores.

Chama atenção, também, o fato de 46% dos ministros da Educação do país, no período considerado, não terem cursado pós-graduação *stricto sensu* e que apenas um dos ocupantes do

² Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=5&grade=3&edition=2017>.

cargo fosse doutor em Educação. Esta análise não busca defender uma cartelização ou reserva de mercado para profissionais da área educacional, mas uma visão de que, em qualquer segmento de atuação humana, quanto mais especializado for o profissional, maiores serão as chances de êxito no desempenho das suas funções. Essa regra parece ser esquecida no meio político brasileiro, no qual importam mais as influências junto a determinadas bancadas políticas e setores econômicos do que a competência técnica ou inserção na área de atuação.

Os motivos que fazem com que a educação brasileira permaneça, se não estagnada, com resultados altamente insatisfatórios são os mais variados. Seria ingênuo, ou desonesto intelectualmente, indicar um responsável ou uma única decisão política equivocada. Na busca por contribuir com essa discussão, este texto buscou apresentar possíveis aspectos que corroboraram para a situação atual do sistema educacional brasileiro, os quais se relacionam à alta rotatividade e aderência entre formação e atuação dos ministros da Educação no período conhecido como Nova República. A partir de uma análise histórica dos ocupantes do cargo, apresentou-se um panorama que pode ajudar a compreender como o país chegou à situação atual.

É possível questionar se os rumos indicados, as políticas desenvolvidas e o direcionamento dos recursos foram adequados. Esses aspectos, entretanto, são juízos de valor e dependem de visões sociais, políticas e pessoais. O que se destaca é o fato de que, num período de 37 anos, compreendidos entre 1985 e 2022, em apenas 16 deles a educação teve continuidade, planejamento com visão de futuro definida e políticas educacionais claras sendo praticadas. Cabe a todos, como cidadãos, tecer esforços para mudar essa situação.

REFERÊNCIAS

ANDES. **Andes-SN 40 anos**. 2021. Disponível em: <https://40anos.andes.org.br/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. et al. **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1961.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Escassez de professores no Ensino Médio**. Brasília, DF: CNE, 2007.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

CORREIA, M. L.; CARNEIRO, A. Mercadante, Aluísio. **Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2017. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-mercadante-oliva>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FAGUNDES, P. E. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, 2019.

FRANCO, I. **A República do Pão de Queijo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019. (Coleção Folha a República Brasileira, 24).

FRAZÃO, D. **Biografia de Marco Maciel**. 2021. Disponível em:

https://www.ebiografia.com/marco_maciel/. Acesso em: 2 fev. 2023.

GOIS, A. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros**. [S.l.]: Fundação Santillana, 2018.

JUNQUEIRA, E.; CARDOSO, E. D. Ferraz, Ester Figueiredo. **Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2015. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo>. Acesso em: 2 fev. 2023.

KUCHINIR, B.; CECHINE, S.; CAMARGO, O.; MONTALVÃO, S. **Sousa, Paulo Renato**.

Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2015. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-renato-costa-sousa>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MESQUITA, M. C. G. D.; ALMEIDA, R. B.; NOLETO, S. O. B. A formação dos ministros da educação no Brasil e o recorte de gênero - 1930 a 2020: políticas públicas de gestão.

Conjecturas, [s.l.], v. 21, n. 5, 2021.

MONTEIRO, M. C.; CARDOSO, E. D. Goldemberg, José. **Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2015. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/goldemberg-jose>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MORAIS, E. M.; SANTOS, C. R.; PAIVA, I. A. Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço. **Inter-Legere**, [s.l.], v. 4, n. 31, 2021.

PINHEIRO, L. Gomes, Cid. **Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2015.

Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-cid>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RÜSSEN, J. **Reconstrução do passado – teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2007.

SANTA CATARINA. Biografia Jorge Bornhausen. **Memória Política de Santa Catarina**, 2020. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1205-Jorge_Bornhausen. Acesso em: 2 fev. 2023.

SILVA, F. P.; SPRITZER, J. Haddad, Fernando. **Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2014. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/haddad-fernando>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

Revisão e formatação:

Andrea Bittencourt

Doutoranda em Letras (Estudos Literários) na Universidade Federal do Paraná (2022). Mestra em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná (2020), especialista em Literatura Brasileira e História Nacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2009) e licenciada em Letras Português-Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2003).

Recebido em: 13/02/2023

Parecer em: 30/08/2023

Aprovado em: 10/01/2024